

Os conceitos de potência e a psicologia spinozista: um breve tensionamento entre Aristóteles e Spinoza*

Ana Carolina Costa Moreira¹

Resumo: O artigo propõe um comparativo entre os conceitos de potência em Aristóteles e Spinoza, a fim de demonstrar distinções radicais na ideia de indivíduo para ambos os autores. A psicologia spinozista pensada a partir do princípio imanente guarda o imbricamento entre ser e existir, compreendido na relação entre o pensamento e vida, enquanto a perspectiva metafísica tem na divisão entre mente e corpo o fundamento da escolha do sujeito sobre as próprias decisões, apartando o pensamento e a sua vivência.

Palavras-chave: potência; ato; Aristóteles; Spinoza

Ethica, principal obra de Spinoza, já traz no título a sua intenção de praticidade, sendo a ética, historicamente, o campo de compreensão do bem viver. O termo “ética”, com origem no vocábulo *éthos*, carrega, desde os seus usos nos fragmentos heraclitianos², sentido de habitação, morada, presença de si mesmo, e, portanto, de um estar na vida e a sua própria experiência.

Uma famosa anedota citada por Aristóteles, sugere ter dito Heráclito: “os deuses também estão aqui presentes”.³ A fala referir-se-ia à ocasião de Heráclito ter recebido um grupo de visitantes que gostaria de saber ‘como vivia um ilustre pensador’ e depara-se com o filósofo assando pão na sua cozinha. A estória trazida por Aristóteles é, para o nosso trabalho, um importante exemplo da relação entre pensamento e vida, quando o filósofo do paradoxo anuncia na existência, a presentificação do pensamento. A ‘presença dos deuses’ a que se refere a citação, ilustra, especificamente para a filosofia do autor, o próprio *logos*. Podemos compreendê-la ainda como a presença da virtude, da sagacidade, da sapiência, acessíveis a um homem no mais corriqueiro das suas atribuições. O rompimento com a representação da sabedoria, para a experiência dela, desencanta os

* Trabalho originalmente apresentado na I Jornada de Psicologia Spinozista, realizada na UFF em 2022.

¹ Doutoranda em Filosofia pelo PPGF/UFRJ. E-mail: k.rolcostam@gmail.com

² A sentença de Heráclito no fragmento 119 é traduzida como “o caráter próprio do homem e o seu demônio”

³ A citação é tratada como uma anedota envolvendo o filósofo de Éfeso e não é encontrada em nenhum dos seus fragmentos. A imagem é trazida por Giovanni Reale em *História da Filosofia Antiga: Platão e Aristóteles*, volume 1. O trecho é comentado por Oswaldo Giacoia Jr em *Agamben por uma ética da vergonha e do resto*, que o remete ao fragmento heraclitiano A5645 a 17.

visitantes ávidos por manifestações sobrenaturais do pensamento. A ética imanente, nesses termos, realoca o lugar do cotidiano, pois o compreende como o propósito do pensamento, em um ciclo onde se pensa a vida, para viver o pensamento sobre ela.

Entender a existência nestes termos implica em garantir ao agora, ao corpo, à vida, uma importância que não é comum à história do pensamento Ocidental. A filosofia hegemônica, talvez muito mais apoiada no pensamento de Parmênides que na filosofia de Heráclito, tece um longo percurso de distanciamento entre pensamento e experiência. Não é à toa que o caso trazido por Heráclito não soa absurdo: o imaginário mais imediato é de que um sábio em meio aos seus mais sofisticados pensamentos, jamais estaria inserido entre questões tão triviais como assar um pão. Essa imagem, entre o mais alto pensamento e a mais corriqueira existência de um fogão, sublinha o lugar que o pensamento ocupa para a filosofia metafísica. O pensamento, a racionalidade, a filosofia pura, repousa no alto, apartada da vida “prática”.

É neste sentido que tratar desta relação entre pensamento e vida implica em um debruçar sobre a concepção de indivíduo, pois implica em estabelecer uma relação indispensável: o pensamento e a experiência como elementos constitutivos do ser humano. A concepção de indivíduo semeia as premissas para lidar com questões da vida. Assim, pensar uma clínica a partir de premissas spinozistas difere radicalmente da clínica tradicional por tudo que foi posto: Spinoza pensa o indivíduo a partir do imbricamento indissociável de mente e corpo, concedendo, portanto, à experiência valor de tanta importância quanto ao pensamento.

A intenção do trabalho ao propor um comparativo entre Spinoza e Aristóteles é contribuir com a perspectiva clínica imanente, marcando, sobretudo, os pontos de divergência com a filosofia hegemônica. A noção de indivíduo como o elemento mais elementar do pensamento clínico tem nos conceitos de “potência”, seja em Aristóteles, seja em Spinoza, uma relevante reserva embrionária. Ainda que homônimos, as concepções de potência guardam de modo embrionário a relação entre pensamento e vida, de maneira peculiar, em cada um dos autores.

A potência em Aristóteles

Tratar da existência na filosofia não é simples e recorrer a cânones do pensamento não implica em contar com uma perspectiva definitiva. Os estudiosos de filosofia clássica

não chegaram a um consenso na relação entre o corpo e a alma nos escritos aristotélicos.⁴ É a partir do contexto mais amplo da obra que nos posicionamos, considerando Aristóteles um metafísico radical, visto a sua consistente posição de tratar na díade potência (δύναμις) /ato (ἐνέργεια, ἐντελεχία), o privilégio da primeira sobre o segundo.

O recorte aqui proposto vale-se da noção de potência exposta na *Metafísica*, sobretudo no livro *Theta* e da noção de potência apresentada pelo autor no *De Anima* (*Perí Psykhês*).⁵ Afirmam os pesquisadores que o estudo sobre o princípio da vida sugerido na obra, fazia parte da formação médica durante o Renascimento. Ainda que se estabeleça com mais clareza na modernidade, o divórcio entre o estudo da vida e o estudo da mente já surge embrionário nas obras aristotélicas.

A inclinação de Aristóteles sobre o Ser não ficou restrita à *Metafísica* e sublinha-se no *De Anima*, a partir dos estudos sobre a alma e a sua relação com o corpo. Enquanto a *Metafísica* dedica-se à conceituação da substância, o *De Anima* articula seu princípio de substância com a ideia de movimento, já proposto na Física. Um dos aspectos centrais da obra é a conceituação em torno da *psykhê*, ou, àquilo que diferencia o ser animado do inanimado. A tradução mais recorrente para o termo é “alma”, referindo-se ao princípio que garante vida aos seres animados.

Apoiado no axioma que afirma que nada surge do nada, Aristóteles institui no binômio ato/potência a díade efetividade/ possibilidade do real. O ser que ainda não efetivou-se em ato é compreendido como o que *pode tornar-se*. Portanto, na teoria da potência aristotélica o ser é somente em ato, restando à potência a condição de possibilidade.

O movimento em Aristóteles assume lugar fundamental na sua metafísica. Para o autor, o movimento é a própria natureza, visto que, na sua concepção, “o movimento parece estar entre as coisas contínuas e o infinito manifesta-se primeiramente no contínuo”⁶. O movimento é o ato (ἐντελεχία) do ente em potência: alteração, crescimento, geração, deslocamento. Afirmar no livro III da Física que “o movimento é o

⁴ Não é unânime o posicionamento dos estudiosos aristotélicos quanto à relação entre corpo e alma nos escritos do autor. O posicionamento dúbio em obras como *De Anima* corrobora com essa divergência. Estudiosos no início do século XX chegaram a afirmar que há uma progressão na compreensão de Aristóteles sobre o assunto, mas outras tendências interpretativas mantiveram a perspectiva dualista mais recorrente. Obras como Hard, ‘*Aristotle’s Treatment of the Relation between the Soul and the Body*’; Robinson ‘*Aristotelian Dualism*’ e Shields, ‘*Soul and Body in Aristotle*’ são citadas como as mais relevantes na linha predominante, mas diversos autores abordam interpretações com outros vieses.

⁵ Segundo Maria Cecília dos Reis, o termo “psicologia”, fora cunhado pelo alemão Joannes Thomas Freigius, em 1575, e criado para referir-se aos problemas abordados por Aristóteles no *De Anima* e nos escritos *Parva Naturalia*. (*De Anima*, São Paulo: Ed 34, 2012)

⁶ Física III, 200b-15

ato do potencial enquanto potencial” e como em toda teoria da potência, é a possibilidade de não efetivar-se em ato o contrário da própria potência:

Então, fica evidente que isto é o movimento e que o mover-se acontece quando o ato é enquanto tal, nem antes nem depois. É possível, com efeito, a cada um, tanto estar em atividade, quanto não estar. Por exemplo, o edificável: a atividade do edificável, enquanto edificável, é (10) a edificação (pois ou a atividade é a edificação ou o edifício, mas sendo já o edifício, não é mais edificável, o edificável é o que está sendo edificado. Então é necessário que a edificação seja atividade.⁷

O εἶδος da potência, ou, aquilo que a torna ela própria e não outra coisa, é, para Aristóteles o “[...] princípio de mudança em outra coisa ou a mesma coisa enquanto outra”⁸, ou seja, ainda que o princípio da potência “ultrapasse os significados relativos unicamente ao movimento”⁹ o abarca de alguma maneira. O conceito de potência é segundo estudiosos¹⁰, distinto em duas categorias. Do ponto de vista cinético, a potência engloba, sobretudo, o princípio de movimento da matéria e as suas propriedades, enquanto, sob a perspectiva metafísica, o conceito funda-se, sobretudo, a partir da substância.

Em Θ2 Aristóteles propõe a distinção entre potência racional e irracional, fundando sua leitura sobre o conhecimento e intelecto. Cabe à potência racional todas as artes produtivas: princípio de mudança em outro ou em si mesma. As potências racionais são sempre capazes de si e do seu contrário:

Portanto, é necessário que também essas potências racionais sejam de ambos os contrários, e que um dos contrários o sejam por sua própria natureza, enquanto do outro não o sejam por sua própria natureza. [...] De fato, a noção refere-se a ambos os contrários, embora não do mesmo modo, e encontra-se na alma, que possui o princípio do movimento: portanto, a alma com o mesmo princípio pode mover a ambos os contrários já que os unificou numa mesma noção.¹¹

É a possibilidade de movimento da natureza da coisa ao seu contrário que privilegia a potência racional diante da irracional. Os opostos que a constitui, garante a possibilidade de exercer x ou não-x, e justifica, para Aristóteles, a superioridade da

⁷ ARISTÓTELES, *Física III*, 201b-10, p. 3.

⁸ Θ1, 1046 a 11.

⁹ Θ1, 1046 a

¹⁰ Nos apoiamos, sobretudo, na perspectiva de Giovanni Reale. Em comentários acerca da interpretação de estudiosos sobre o conceito de potência, Reale sugere haver uma errônea leitura de sobreposição entre os distintos significados de potência, onde haveria, para esse viés, uma atualização do conceito. Aristóteles teria proposto uma ideia de potência de ordem cinética - associada ao movimento- como conceito originário, mas, em descoberta tardia, teria dado à potência, significado de matéria. Para o autor, as noções não podem ser reduzidas uma à outra, ainda que tenham raízes em comum.

¹¹ ARISTÓTELES, *Metafísica*, Θ2, 1046 15-20.

potência racional. O exemplo dado pelo filósofo grego é que enquanto o quente, na condição de potência irracional apenas tem potência de aquecer, a arte médica é potência da enfermidade e da saúde. A superioridade da potência racional está na condição de poder produzir ambos os contrários. É a contingência que sustenta, portanto, o poder da potência racional, quando, na possibilidade entre seguir a sua natureza ou não segui-la, a potência pode a própria natureza ou pode não exercê-la. Todo o esforço de Aristóteles é descolar-se da ideia de que só existiria potência no ato¹².

Essa fundamentação é muito importante para o pensamento contemporâneo, pois garante toda condição de pensar conceitos como faculdade, livre arbítrio e a potência - enquanto possibilidade - como mais valorada que o ato. A potência, que carrega sentido de *οθσια*, ser, imobilidade, torna-se o ponto de apoio do ato, por sua vez, transitório, passageiro. No lugar da atualidade, a filosofia aristotélica é marcada pelo *poder ser*.

Notemos que as consequências desse entendimento acarretam noções sobre o indivíduo que o distanciam das suas condições de atualidade. Garantir ao *poder ser* privilégio sobre o ato implica em tornar o indivíduo um ser que espera a si próprio como uma realização futura. Um dos aspectos pelo qual declinamos à adesão de uma clínica metafísica é o reforço percebido à uma noção de distanciamento de si mesmo, sub-reptícia ao princípio de potência aristotélica. Ter a si como o paradoxo atualidade-possibilidade de ser, nos sugere uma oposição entre a própria existência em sua plenitude atual e o àquilo o que ‘pode tornar-se’ o indivíduo. É conhecida a divergência entre as concepções de transcendência e imanência, mas, no que tange à subjetividade, a compreensão de si mesmo como um projeto permanente de possibilidade guarda um princípio de desconexão com o ‘si’ do indivíduo.

É claro que o que está em jogo não é a possibilidade de mudança ou aprimoramento de si mesmo, mas uma possível fixação na ideia de possibilidade futura e alheamento da existência na atualidade. A condução clínica ao si do indivíduo nestes termos, trilha a perspectiva do indivíduo que realiza-se sempre futuramente. A imagem idealizada de si próprio caminha sempre mais um passo à frente. O si mesmo imaginado é inalcançável e tão logo atualiza-se, cede espaço para o *poder ser*. É fundamental para essa perspectiva a conservação da potência como modo de preservação da essência do indivíduo.

¹² Em $\Theta 3$, Aristóteles refuta a tese dos Megáricos, que negam a distinção entre ato e potência. A condição da atualidade como único tempo da potência destitui a condição de movimento, segundo Aristóteles, e tornaria absurda a proposta megárica.

A ideia de potência como essência do indivíduo, como o âmago de si, tem nesses termos ato/potência, a intransponível oposição com a atualidade. O apartamento entre o ser e o existir é largamente discutido na história do pensamento Ocidental, mas tratando-se de uma perspectiva da subjetividade, a sua leitura na clínica psicanalítica resulta na permanente desconexão entre o que o indivíduo é ontologicamente, e a sua realidade cotidiana. A barreira entre a imagem de si mesmo e a própria existência por certo resulta no sofrimento psíquico daquele que não reconhece a plena experiência de sentir-se a si mesmo.

Em Aristóteles, esse princípio de conservação da potência está atrelada à capacidade de decisão entre a potência e o seu contrário, a potência do não. A capacidade racional do ser humano *decidiria* entre exercer determinada atividade ou a sua privação (*αδυναμία*), que é distinto, em Aristóteles, de uma simples impotência. A faculdade (*héxis*) de realizar determinado ato guardaria sempre a possibilidade de decidir por não realizá-lo. Tal capacidade de decisão, seria, para a contemporaneidade já o embrião da ideia de sujeito, como visto na modernidade:

Quando dizemos que um homem tem a “faculdade” de ver, a “faculdade” de falar (ou, como Hegel escreve e Heidegger repetirá a seu modo, a “faculdade” da morte), quando afirmamos simplesmente “isso não está dentro das minhas faculdades”, já nos movemos na esfera da potência. Ou seja, o termo “faculdade” exprime o modo em que uma certa atividade é separada de si mesma e destinada a um sujeito, o modo em que um ser vivo “tem” a sua práxis vital. Algo como uma “faculdade” de sentir é distinta do sentir em ato, a fim de que isso possa ser referido propriamente a um sujeito. Nesse sentido, a doutrina aristotélica da potência contém uma arqueologia da subjetividade, é a forma com a qual o problema do sujeito se anuncia a um pensamento que ainda não tem essa noção.¹³

Nota-se que a noção de faculdade sugere um apartamento entre a experiência e o funcionamento biológico do próprio corpo. As capacidades de ordem sensitivas são aqui expressas como algo exterior, que o indivíduo “possui”. Essa noção galga pouco a pouco a ideia de absoluto controle sobre si e sobre a passagem ao ato das próprias “faculdades”. Há, na esfera da subjetividade, uma concepção de controle, de uma *psikhê* que tem poder sobre as possibilidades de tornar-se algo em ato e que é separada da própria sensação.

A cisão entre faculdade e sensação parece apontar a inconsistência da perspectiva aristotélica sobre a relação entre a mente e o corpo. Se a alma (*psykhê*) é constituída de partes faculdades (*héxis*), quem decide sobre essa ou aquela ação? É preciso que haja um

¹³ AGAMBEN, *A potência do pensamento*, 2017, p. 245.

princípio “controlador das faculdades”. É nessa necessária “central de controle” (ou, mais tarde, a noção de *cogito*) que apoia-se a noção de subjetividade metafísica.

A possibilidade de efetivar ou não determinada faculdade garante ao seu não-exercício o ponto de apoio da consciência. A liberdade metafísica tem, principalmente, na possibilidade do não exercício da potência, a sua fundamentação.

Quer dizer, a potência é definida essencialmente pela possibilidade do seu não-exercício, assim como *exis* significa: disponibilidade de uma privação.¹⁴

São extensas as consequências do princípio de potência do não, até os dias atuais. Ainda que não abarcando todos os seus desdobramentos, destacamos, principalmente, três aspectos: a noção de potência metafísica aposta na dissociação entre a mente e o corpo, quando sugere a capacidade sensorial apartada de quem o sente. É preciso supor um olho que enxerga, sem uma mente que percebe o estímulo visual. É evidente que para ordem epistêmica é possível abstrair o funcionamento do corpo, mas não se pode confundir o que pertence à esfera do entendimento do que se dá em ato.

O segundo aspecto importante é que a decisão pautada sobre a potência do não garante ao negativo, à privação, um fundo ontológico. Há uma reificação do não-ser quando se garante a algo que não efetivou-se em ato, existência. Esse ponto garantiria ao nada poder ser dito que existe, que é um absurdo lógico. Sobre essas questões, não abordaremos neste trabalho, mas sublinhamos sua relevância.

O principal ponto para nossos fins é que, na ideia de haver a consciência que decide sobre as suas potências há uma subjetividade que toma *o poder tornar-se* mais relevante que a sua atualidade. Há o embrião fértil da ideia um indivíduo que mantém-se fixado na ideia de *poder ser futuramente* e está sob o comando da sua mente, a decisão de exercer ou não a sua potencialidade. Se guardada à condição de *poder ser*, o sentido de potência, aquilo que é o ser, resta àquilo que existe, em ato, a sua efemeridade. A noção de essência do ser humano, enquanto potência metafísica, concentra na possibilidade do que *pode ser*, apartada do ato, a sua principal definição. Trata-se não somente de uma sobreposição do ser sobre o existir, mas em certo esvaziamento do agora, já que toda essência concentra-se na potência. A potência, sob essa ótica, não somente é mais importante que o ato, como é a potência e a sua privação, que garantem racionalidade, decisão e liberdade à subjetividade metafísica. O apartamento entre a

¹⁴ AGAMBEN, *A potência do pensamento*, 2006.

psykhê e o corpo está na ordem do entendimento, quanto a subjetividade está apartada da própria existência. Se a essência é “guardada” às suas possibilidades, o existir, na vida torna-se menos relevante.

A potência em Spinoza

Há uma subversão no conceito de potência em Spinoza, quanto tomamos como referência todas as premissas que fundamentam o conceito homônimo em Aristóteles. O percurso de construção da ideia de potência aqui, assume uma roupagem não somente diferente, mas divergente. É importante pontuar que, como autor rigoroso, os princípios da ontologia spinozista se espraiam em seus conceitos e é preciso remeter suas ideias ao seu escopo original. Por isso, em meio à proposta de apresentação do conceito de potência, recorreremos, invariavelmente, aos seus pressupostos ontológicos e epistêmicos.

Em Spinoza há uma marcada distinção entre os entes de razão, os entes reais e os entes fictícios. O ente é, por definição, *tudo aquilo que, quando é clara e distintamente percebido, constatamos existir necessariamente, ou, pelo menos, poder existir*.¹⁵

O ente de razão, por sua vez, é um modo de pensar, reter ou imaginar as coisas. E é esse modo de pensar, sobretudo no esforço de reter as coisas na mente que se dá a classificação em categorias como gênero e espécie; no esforço de comparar as coisas, atribui-se tempo, número e medida etc. Spinoza aponta assim, um traço presente nas filosofias anteriores: é preciso, sobretudo, compreender a mente e o seu funcionamento, antes de propor estatuto ontológico às coisas. E é nessa falta de precisão sobre o funcionamento mental que parte da ontologia “negativa”, ou, o princípio do não-ser, se apóia.

A leitura do mundo apoiada em uma ontologia fundamental entre ser e não-ser, mesmo antes de compreender as vias do esclarecimento, resulta em uma tradição que atribui à coisa um estatuto definitivo, mesmo antes de compreender o elemento que intermedia essa definição. O não-ser, para Spinoza, é resultado da confusão entre o ente real e o ente de razão.

O ser humano é, necessariamente, um corpo que pensa. E como tal, necessariamente mergulhado em um contexto. Este ambiente onde nasce e vive, resulta em vestígios (*vestigia*) ou marcas da experiência. Essa memória do corpo/mente (*vestigia*)

¹⁵ SPINOZA, *Pensamentos Metafísicos*, Parte I, Cap I, p. 197.

diante das experiências com o mundo, remete à ideias e sensações já vividas. É a partir desse repertório, digamos, psíquico, que o mundo do indivíduo se organiza. Dado que a mente opera também a partir da imaginação, é natural ocorrer a adesão à fantasias como se fossem entes. Por vezes, essa confusão ocorre entre entes reais e entes de razão, atribuindo-se, assim, uma “negatividade essencial”, à imagens, que são, no entanto, entes de razão.

É por meio da força desses vestígios e da afirmação imaginativa que tomamos confusamente como entes reais o que são modos de pensar. Mas, sublinha-se a distinção entre ambos. Modos de pensar não são ideias de coisas e não podem ser confundidas com estas. Nos ilustra Spinoza:

[...] a mente, em si só considerada, como coisa pensante, não tem maior potência para afirmar do que para negar; mas como imaginar nada mais é que sentir os vestígios que se encontram no cérebro devido ao movimento dos espíritos [...] tal sensação não pode ser senão uma afirmação confusa. E disso decorre imaginarmos como entes todos os modos que a mente utiliza para negar, quais sejam, cegueira, extremidade ou fim, término, trevas etc.¹⁶

Os modos de pensar estão, por vezes, atrelados à ideias de entes reais. É também por estabelecer uma relação com entes que, de fato, existem, que são tão facilmente confundidos. É assim, que ao atrelar à entes de razão certa reificação, atribui-se à linguagem valor de ente o que, muitas vezes, é só uma maneira de imaginar. Atribuir existência fora do intelecto aos modos de pensar é o deslize mais caro de fundamentação da Ética Ocidental, sobretudo ao atrelar à potência-do-não ou à negatividade essencial, estatuto de emanar realidade. A isso, Spinoza afirma que filósofos gramaticistas ou verbalistas costumam cair em confusão, ao julgar “coisas pelos nomes e não os nomes pelas coisas”¹⁷.

O fundamento ontológico em Spinoza recusa a negação porque parte do princípio elementar que nada surge do nada, ou, nas suas próprias palavras *tudo o que existe, existe em si mesmo ou em outra coisa*¹⁸. O princípio da realidade segue, invariavelmente, a sua causa, e é a substância, por natureza, primeira, em relação às suas afecções.¹⁹ A realidade é a própria Natureza (ou Deus) expressando-se, e é absolutamente livre e infinita a sua essência. Na definição de Deus, em E1D6Exp, afirma que, enquanto ente absolutamente infinito, exprime a sua essência e *não envolve qualquer negação*. É por conta dessa

¹⁶ SPINOZA, PM, p. 199.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ SPINOZA, E1A1.

¹⁹ SPINOZA, E1P1.

absoluta afirmação da Natureza em sua própria essência, ou seja, a absoluta afirmação da sua existência sem duração, princípio ou fim, que diz-se a sua potência absolutamente infinita.

A realidade do mundo é pura afirmação da sua causa e o imbricamento entre ser e existir está contido no princípio da substância. Não há uma Natureza que opta pela sua positividade, a Natureza é positividade absoluta, pois não nega a si própria. O imbricamento entre a essência da substância e a sua existência é sintetizado em Spinoza no conceito de *causa sui*, onde, por causa própria, a substância garante a si a sua existência, ou seja, a essência da substância envolve a sua existência necessária(E1D1). A causa da realidade e a sua substância não somente são concomitantes, como são a mesma coisa. Essa afirmação germinal indica desde aqui a sua divergência com o princípio de contingência, onde a realidade pode ou não ocorrer de determinada maneira. Mais relevante que esta conclusão, para fins do nosso trabalho, cabe destacar que aqui está marcada a inegociável cisão com a ideia de potência como garantia de uma essência imobilista.

Esse rompimento com o pensamento hegemônico dispõe sua ontologia em um ambiente que não mais justifica o mundo por meio do estatuto da representação. Spinoza garante ao conceito de potência, sentido de pura positividade, destituindo a tradicional oposição entre o ser e o não-ser, dada ao termo na concepção aristotélica. Afirma em E1P112^aDemAlt que “poder não existir é impotência, e, inversamente, poder existir é potência” atrelando à essência ou perfeição de Deus, valor de existência.

É um salto inaugural na história do pensamento Ocidental. No lugar de conceder continuidade às perspectivas clássicas e modernas (como a cartesiana), Spinoza reintegra o mundo do ser e da existência. Os fundamentos clássicos de garantir às Formas o lugar das essências apartadas do mundo corrompido ou o de garantir à “potência da potência” uma cisão com o ato, são esvaziados nesta perspectiva conceitual. Destitui-se, portanto, o embrião de uma realidade apoiada na “potência da potência” ou do *poder ser* aristotélico e concede-se à atualidade o espaço de expressão da perfeição da existência. Esse salto ontológico terá na ética spinozista um percurso definitivo e a afasta, radicalmente, de um olhar imobilista parmenídico ou essencialista da realidade. A destituição da potência-do-não implica em assumir a realidade atual como expressão plena da Natureza em lugar de um olhar promitente ao futuro.

O princípio da potência aristotélica, reserva à potência da potência, ou ao intelecto de Deus, a garantia de conservação em um movimento onde a potência pensa a si mesmo,

conservando-se eternamente em repouso²⁰ e por isso é onipotente. A belíssima passagem do escólio no livro I, proposição 17, torna clara a subversão de Spinoza diante da tradição:

[...] Além disso, ainda que concebam Deus como sendo, em ato, sumamente inteligente, não creem mesmo assim que Deus possa fazer com que tudo aquilo que ele compreende em ato se torne existente, pois julgam que assim destruiria o seu poder. Se, dizem, Deus tivesse criado tudo o que está no seu intelecto, então não poderia criar nada mais, o que, acreditam, eles, é incompatível com a sua onipotência. [...] da mesma maneira que da natureza do triângulo se segue, desde a eternidade e por toda eternidade, que a soma dos seus três ângulos é igual a dois ângulos retos, da suprema potência de Deus ou seja, de sua natureza infinita, necessariamente se seguiram - ou melhor, se seguem sempre com a mesma necessidade [...] Portanto, a onipotência de Deus tem existido em ato, desde a eternidade, e assim permanecerá eternamente. (E1P17Esc.)

Há uma inversão no entendimento da onipotência de Deus, aqui, apoiada na força da atualidade da expressão da Natureza em ato. A eternidade, que não é mais somente predicado temporal - mas também o é nesta passagem - é a expressão sempre atual do insumo mais germinal da realidade. A verdade e a essência formal das coisas o são como são pois assim existem no intelecto de Deus. O lugar do privilégio da potência sobre o ato, tecido longamente até aqui, não é possível na filosofia de Spinoza. A Natureza imbrica sua essência à sua existência. Deus, cuja existência pertence à essência, não tem duração. A eternidade da substância refere-se ao imbricamento entre existência e essência e não como predicado temporal, onde se garante certa imobilidade cronológica, como sugerido pela tradição. Como ser eterno não podemos atribuir antes e depois, visto que do infinito não dividem-se partes.

A tradicional visão metafísica que guarda a garantia de onipotência na não realização dos atos de Deus apoia-se na ideia de vontade contingente. O Deus metafísico teria sua imobilidade temporal mas também a capacidade de decidir sobre realizar algo ou não. Seria a reserva dessa imobilidade uma espécie de fundo infinito de reserva da potência de Deus. Em Spinoza a liberdade da Natureza é a livre expressão de si mesmo, sem nenhum impedimento. O movimento, o ato, é a própria expressão da liberdade da essência da Natureza. É por isso que a essência e o ato é a mais pura expressão de Deus, cabendo ao não existente o lugar de impotente.²¹

Ao tratar dos modos singulares, Spinoza explicita a diferença onde cabe dividir: há o ente que existe necessariamente por sua natureza (substância) e o ente cuja essência

²⁰ ARISTÓTELES, *Metafísica* (1072 b 4-10).

²¹ E1P11Dem.alt: “Poder não existir é impotência e, inversamente, poder existir é potência.”

não envolve existência senão possível (modo). Nos modos singulares, a relação entre ser e existir se dá dentro dos limites do que é possível ontologicamente a estes. Os modos não existem necessariamente (E2A1), pois pela ordem da natureza, pode ser que este modo singular exista ou não. Somente a Natureza é *causa sui*, mas é a Natureza a causa de existência do modo singular.

A substância consiste de infinitos atributos²² mas o intelecto percebe e sente através dos corpos e dos modos de pensar²³. Esta é a condição do modo singular, que tem a Natureza como causa de existência e é formado por mente e corpo, que são imbricados²⁴. Tratar da ideia de potência de pensar como uma das partes da alma (*psykhê*) em Aristóteles sugere um pretense poder de decisão consciente entre a afirmação de uma faculdade ou negação dela, como vimos na ideia de potência e potência do não. Mas em Spinoza, a vontade é um modo de pensar, atrelada ao atributo pensamento e, portanto, responde às leis de causalidade da Natureza, tal como o princípio de movimento e repouso²⁵. O indivíduo não decide sobre a sua vontade, esta tem causas que vão além da sua compreensão.

A noção de liberdade em Spinoza diverge da noção de decisão. Podemos pensar que a ideia de racionalidade que opta pela potência ou pela potência do não, guarda o princípio de livre arbítrio. Para a ontologia imanente a opção por uma ação ou outra é só uma falsa sensação de decisão. A vontade, assim como o desejo, opera a partir de leis causais que escapam à capacidade de compreensão do indivíduo. A mente é determinada a querer uma coisa ou outra a partir de uma causa, que, por sua vez, também tem outra causa etc. (E2P48). Não há uma faculdade absoluta de compreender, como defende a tradição:

[...]Assim, a própria experiência ensina, não menos claramente que a razão, que os homens se julgam livres apenas porque estão conscientes de suas ações, mas desconhecem as causas pelas quais são determinados. Ensina também que as decisões da mente nada mais são do que os próprios apetites: elas variam, portanto, de acordo com a variável disposição do corpo. Assim, cada um regula tudo de acordo com o seu próprio afeto e, além disso, aqueles que são afligidos por afetos opostos não sabem o que querem, enquanto aqueles que não têm nenhum afeto são, pelo menor impulso, arrastados de um lado para o outro. Sem dúvida, tudo isso mostra claramente que tanto a decisão da mente, quanto o apetite e a determinação do corpo são, por natureza, coisas simultâneas, ou melhor, são uma só e mesma coisa, que chamamos decisão quando considerada sob o atributo do pensamento e explicada por si mesma, e determinação, quando considerada sob o atributo da

²² E1D6

²³ E2A5

²⁴ E2P21

²⁵ E2P21

extensão e deduzida das leis do movimento e do repouso, o que se verá mais claramente no que resta ainda a dizer. (E3P2Esc)

Por nossa constituição mente-corpo, *sentimos* o mundo e este é um dos modos de pensar do corpo. Essas afecções externas exercem sobre nós mais ou menos força, nos fazendo agir ou reagir. Agimos quando sentimos e pensamos a partir de nós mesmos e padecemos ao sermos coagidos pelas forças externas sobre nós (E3D3Exp). A liberdade se dá no primeiro caso, na nossa ação, causada por nossa própria potência.

Fica clara a posição spinozista sobre a racionalidade do modo singular. A Natureza que age de uma só e mesma maneira opera de maneira livre e perfeita. A realidade a que está submetido o indivíduo manifesta-se a partir dessa força. Não é diferente o funcionamento dos afetos. Compreender como operam e aprender a como lidar com eles torna a vida melhor.

O deslocamento da concepção da potência que *pode tornar-se ou não* para aquilo que necessariamente *é atualmente*, concede à existência um novo lugar. No lugar de um indivíduo que compreende haver uma discrepância entre a vida real e àquilo que ele *pode ser*, a filosofia spinozista sugere ao atual o mesmo valor de perfeição. (E1P11) A cisão com a metafísica não se dá somente como uma discordância epistêmica, mas é marcada pela profunda distinção no modo de lidar com a vida.

Sublinhamos ainda que a noção de atualidade não implica somente o sentido temporal de “agora”, mas uma condição de expressão absoluta da Natureza. As causas que obedecem a Natureza se dão de uma maneira tal que não poderiam ser diferente e resultam na expressão plena da atualidade. Portanto, o “agora” da subjetividade é a sua única possibilidade de manifestação. Não se trata de compreender a si mesmo como algo que *pode ser*, mas que *existe atualmente*. Essa mudança de lugar do entendimento sobre si rompe com cisão entre ideia do *eu ideal x vida real* e traz à existência sentido de manifestação. Uma ética que compreende o agora como momento de expressão do que é, não reserva para o futuro o exercício de si mesmo. Há uma “presentificação”, uma maior expressão da própria existência. O princípio de integração entre ser e existir aplica-se na Imanência de modo radical. A essência é sempre atualmente e não mais uma reserva imóvel de possibilidade.

O papel da clínica spinozista nesse sentido é trazer a importância da expressão, da presença de si mesmo, de uma potência que afirma a si, de modo positivo e atual. Não se trata mais de pensar melhor sobre o mundo para aderir a valores morais e viver do jeito “certo”. O lugar do ser não está reservado além do existente.

É útil aprimorar a compreensão sobre o mundo porque assim podemos participar mais intensamente da natureza divina (E2P49) e nos escutarmos mais profundamente, para existir de maneira mais ativa, mais inteira. A compreensão da ordem do mundo é a própria liberdade humana pois nos compreendemos - e aos outros - como parte de uma Natureza perfeita.

A potência em Spinoza não é cindida em vida nutritiva e vida psíquica, ainda que esteja clara a distinção entre mente e corpo. São inúmeras as passagens na *Ética* que reforçam a constituição mente-corpo do modo singular, reforçando a unidade como princípio ontológico, pautado na univocidade da substância. A afirmação da natureza do indivíduo seria o papel da clínica que compreende o indivíduo como parte da realidade e não como um sujeito que decide sobre ela.

Paradigmaticamente, teríamos distinções muito fundamentais na concepção da clínica psicanalítica, porque divergentes o entendimento sobre a constituição do indivíduo em cada uma das linhas filosóficas. A fim de ilustrar brevemente os pontos que julgamos principais, elencamos as suas principais diferenças.

Quadro Comparativo

Premissas metafísicas do indivíduo	Premissas imanentes do indivíduo
Potência é <i>poder ser</i>	Potência é poder existir atualmente
A racionalidade é decidir conscientemente entre a potência e a potência do não	Compreender a natureza favorece a existência em meio ao real, que tem causas.
Potência nutritiva x potência racional: vida biológica e vida psíquica	O homem consiste de uma mente e de um corpo
Clínica apoiada na realização do <i>poder ser</i> do sujeito	Clínica apoiada na afirmação da natureza do indivíduo

Nos é claro que ao tratar tanto da clínica quanto das divergências entre a imanência e a metafísica adentramos campos de profunda complexidade. Nos empenhamos em marcar, a partir do conceito de potência, aspectos germinais da ideia de indivíduo a fim de tocar no mais elementar das questões: a maneira de olhar para o paciente.

A ruptura com a ontologia hegemônica desloca, sobretudo, a existência de um lugar ilegítimo e afastado da sua causa, para a força da atualidade como expressão do real. O espraiamento da causa puramente positiva em Spinoza se dá também nos modos singulares, reforçando o sentido de pertencimento do indivíduo à Natureza, trilhada,

sobretudo, pelo sentir-se plenamente pertencente, atualmente. É relevante destacar ainda que ao indivíduo que compreende, afetivamente, a sua participação na Natureza é cada vez menos acessível a sensação de inadequação ou ilegitimidade. A percepção de que a causa ontológica do indivíduo é puramente positiva extingue radicalmente qualquer possibilidade de adesão à uma negatividade ou inadequação essencial. Seria, por fim, o papel da clínica, auxiliar o indivíduo ainda envolto em ideias inadequadas sobre si mesmo, no percurso de retorno à positividade originária.

Referências bibliográficas

AGAMBEN. *A potência do pensamento*. Tradução Antônio Guerreiro. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

ARISTÓTELES. *Metafísica: ensaio introdutório, texto grego*. Tradução e comentário de Giovanni Reale. Volumes I, II e III. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *De Anima*. Tradução e notas Maria Cecília dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2012.

SPINOZA. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu. 3ª edição, 1ª reimpressão, Edição Bilingue. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

Recebido em 02/02/2023

Aprovado em 29/05/2023